



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE JULHO DE 1978

(Visita de S.ª Ex.ª o Presidente da República Francesa)

Presidente: Ex.ª Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.ªs Srs. Alfredo Pinto da Silva

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Amadeu da Silva Cruz.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Barros dos Santos.
António Cândido Macedo.
António Chaves Medeiros.
António Fernandes da Fonseca.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Pinheiro Silva.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Riço Calado.
Aquilino Ribeiro Machado.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Cardoso Lage.

Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Carlos Manuel Natividade da C. Candal.
Delmiro Manuel de Sousa Correia.
Dieter Dellinger.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Etelvina Lopes de Almeida.
Eurico Manuel das Neves H. Mendes.
Eurico Telmo de Campos.
Fernando Abel Simões.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Florêncio Quintas Matias.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marques Barracosa.
Francisco de Assis de M. Lino Neto.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Francisco do Patrocínio Martins.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Henrique M. Velez Marques dos Santos.
Herculano Rodrigues Pires.
Jerónimo da Silva Pereira.
João Francisco Ludovico da Costa.
João Luís Tavares de Medeiros.
João da Silva.
João do Rosário Barrento Henriques.
Joaquim José Catanho de Menezes.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
José Ferreira Dionísio.

José Manuel Medeiros Ferreira.
 José Manuel Nisa Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José M. de Albuquerque de A. Leitão.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís José Godinho Cid.
 Luís Patrício Rosado Gonçalves.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Francisco Costa.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Alzira Costa de Castro C. Lemos.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Margarida de Ramos de Carvalho.
 Maria Teresa do Vale de Matos.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Serafim Olindo Ramos Bastos.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Verissimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Manuel Barata Portugal.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cirilo Oliveira Marinho.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João António Martelo de Oliveira.

João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Alberto Ribeiro.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto de A. de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sêrvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rêgo da Costa S. Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Henriques dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Rui Manuel Parente C. de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António João Pistachini Gomes Moita.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Domingos da Silva Pereira.
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Henrique José C. M. P. de Moraes.
 João Carlos F. Malhó da Fonseca.
 João José M. F. Pulido de Almeida.
 João Manuel Korrodi G. da S. Gravato.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de A. Ribeiro de Castro.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel A. de A. de Azevedo Vsconcelos.

Maria José Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Rui Mendes Tavares.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavaleira Antunes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 222 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Eram 16 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Peço aos grupos parlamentares o favor de nomearem os seus representantes, um Deputado por cada um, para, às 16 horas e 40 minutos, receberem o Sr. Presidente da República Francesa junto da porta principal.

Interrompo, pois, a sessão para se organizar a recepção ao Sr. Presidente da República Francesa.

Às 17 horas e 10 minutos entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República Francesa (Valéry Giscard d'Estaing), o Sr. Presidente da Assembleia da República, o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, os membros da comitiva do Sr. Presidente da República Francesa, o Secretário-Geral da Assembleia da República, o chefe e os secretários do Protocolo.

No hemiciclo, especialmente convidados, encontravam-se Conselheiros da Revolução, o Ministro da República na Região Autónoma da Madeira, o Provedor de Justiça, o Presidente da Assembleia Regio-

nal dos Açores, o procurador-geral da República e membros da Comissão Constitucional.

Os Ministros ocuparam a sua bancada, enquanto os restantes membros do Governo e o Corpo Diplomático tomaram lugar nas tribunas.

Formada a Mesa, O Sr. Presidente da República Francesa ocupou o lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, tendo igualmente tomado lugar na Mesa o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse momento a Assembleia e a assistência aplaudiram, de pé, o Sr. Presidente da República Francesa.

Seguidamente a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou os hinos nacionais dos dois países, primeiro o da França e depois o de Portugal.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República Francesa, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, ilustres convidados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Se me lembro, Sr. Presidente!

Se me lembro daquele período dramático em que a França entrara no drama da ocupação! E ainda me lembro mais que no próprio dia em que as tropas de Hitler atravessaram a fronteira a população da cidadezinha onde então vivia reuniu-se à minha volta e dos amigos da França para protestar e, mais do que isso, para garantir de que estávamos presentes.

Nessa altura tinha sob os olhos o n.º 883 de *Les Nouvelles Littéraires*, onde Paul Hazard lançava este apelo dramático, que não sou capaz de ler, a não ser na língua original tão comoventemente expressiva:

Amis étrangers, amis proches et lointains, amis d'Europe et d'Amérique, vous ne nous avez jamais failli. Chaque fois que nous étions en péril, vous avez oublié nos défauts, sachant qu'ils étaient tous humains; et vous vous êtes rangés à notre côté, avec une générosité de couer que nous n'avons point oublié; car nous savons qu'un peuple ne se soutient pas, s'il n'est pas digne de vivre; par votre affection, par votre estime, vous nous aviez dit que nous étions dignes de vivre éternellement; et que quelque chose d'essentiel manquerait au monde, si la France n'accomplissait plus sa mission.

Na verdade, qualquer coisa de essencial faltaria ao mundo se a França não realizasse a sua missão.

O que estava em causa não era só o destino da França, mas sim o destino da própria Humanidade, pois a França, segundo Rodin, definia-se como sendo modelada pelo coração e desenhada pela inteligência.

O coração era aquele que um príncipe indiano sintetizava ao chegar a Paris: «Aqui bate o coração do Mundo.»

A inteligência era a concepção milenária de uma cultura que, começando por ser francesa, passou imediatamente a ser património do universo sensível.

Na sua tocante simplicidade, o príncipe indiano recordava-se certamente das páginas de Vitor Hugo ou do teatro de Molière; lembrava-se instintivamente de Descartes, de Bergson, de Jean-Jacques Rousseau, de Ravel, de Faurier, que tinha nos olhos a recordação do *penseur* de Rodin, dos enciclopedistas da revolução e do heroísmo dos homens e da mulheres que jamais deixaram de ser dignos nas procelas da adversidade passageira, civis ou militares, intelectuais ou simples homens de rua.

É esta agora a minha recordação também, vendo passar, face à minha sensibilidade, as mensagens da inteligência que formaram a essência daquela cultura que, nascida nos arcanos da civilização greco-latina, encontraram na França a intérprete ansiosa e polivalente de um estilo de vida sem o qual não vale a pena viver.

Nesse estilo de vida se insere o amor à liberdade, a devoção pelas grandes solicitações do espírito, os pensamentos que Montaigne tão bem sintetizou. Também se insere o heroísmo civil e heróico das populações insubmissas, que durante as resistências souberam sofrer e morrer para a felicidade de todos nós.

Há quem afirme que a vida é feita de mistérios, mas, se é assim, nada há de misterioso na projecção do génio francês. Objectivamente esse génio processou-se à luz clara da razão, trazendo à superfície todos os resíduos da libertação do homem, ou seja, os resistentes que nas agonias e nas glórias souberam defender exemplarmente os direitos do homem e do cidadão, transformando este numa entidade válida e autêntica, firme na cidadela conquistada e desafiando as incógnitas do futuro.

Sr. Presidente, é isto que eu sinto sempre que, renovadamente, me encontro junto de vós, particularmente na *féerie* desse Paris de mil e uma sugestões, e é isso que sinto agora ao dirigir a Vossa Excelência as homenagens vivas e sentidas deste Portugal, o mais francófilo, perdoem-me, dos países do Mundo.

Em nome, pois, da Assembleia da República, curvo-me perante a grandeza da França eterna, e na pessoa do mais alto magistrado da Nação reafirmo a nossa fidelidade às raízes comuns da nossa bela aventura.

E faço-o comovidamente, Sr. Presidente, não só como português, mas também como resistente, junto com tantos outros, e muitos aqui presentes neste hemíciclo, que jamais desistiram de acreditar no sortilégio de uma missão que vamos continuar a cumprir nesta pátria portuguesa, após décadas de expiação e de martírios.

Aqui o juro solenemente com todas as veras da minha profunda emoção.

O mais francófilo dos países do Mundo? Sem dúvida, a despeito de saber que por esse mundo fora a presença da França persiste como farol rotativo das ansiedades dispersas.

Mas será Portugal o mais francófilo dos países do Mundo, repito? Insisto que sim. Em nenhuma parte do universo, que eu conheça, a França é mais amada, mais respeitada e mais admirada.

Como Vossa Excelência sabe, Sr. Presidente, o francês é a nossa segunda língua e é hoje o português, pelos contratempos da vida, a segunda língua que se fala em França, pelo menos em Paris e na sua periferia. Por outro lado, toda a nossa história

se entronca na história da França, logo no início da nossa nacionalidade e nas relações das famílias reinantes, e, se me é permitido um exemplo, diria que ao passar por Alcobaça, à semelhança do príncipe indiano, sinto que bate no Mosteiro inigualável o coração cisterciense da velha França. E ao cruzarmos nas ruas é difícil não encontrar alguém que mesmo num francês modesto não consiga fazer-se entender com os nossos amigos franceses que nos visitam ou aqui se demoram.

Tudo isto resulta da circunstância do nosso ensino secundário e superior, onde o francês é obrigatório; resulta outrossim do fascínio da literatura francesa e das múltiplas mensagens do vosso espírito.

E se me permite, Sr. Presidente, de que a França está tão presente no coração dos Portugueses que as jovens mães aguardam sempre o momento da chegada da mágica cegonha de Alsácia, trazendo num berço florido os filhos que vão nascer.

Este sedimento exaltante é o fruto de uma persistência nos parâmetros da evolução da nossa sociedade.

Fora do âmbito do ensino é sempre com alvoroço que nos debruçamos sobre as lições austeras da vossa cultura, excepcionalmente dinâmica e persuasiva, servida por uma língua plástica e comovente, que na sua essência traduz as grandes conquistas da espécie.

Para além da literatura, toda a sociologia e toda a política portuguesas foram tocadas pelo magistério da vossa pátria. Nada se construiu até hoje neste país, incluindo os diplomas fundamentais do Estado, que não recebesse o influxo da vossa alma e não fizesse suas as reflexões das vossas longas madrugadas.

Fiéis a este destino, aqui estamos, Sr. Presidente, num país de liberdade, a apertar contra o nosso peito a República Francesa, os seus responsáveis, tão bem definidos na personalidade de Vossa Excelência, apertando também todo esse admirável povo francês, companheiro dos milhares de portugueses que honram a França com o carácter e as qualidades do nosso povo.

Neste simbólico momento da vida do Portugal democrático, aguardávamos com ansiedade a presença de Vossa Excelência para lhe manifestar-mos a nossa adesão, a nossa fraterna amizade, reafirmando a continuidade do tal estilo de vida sem o qual, repito, não vale a pena viver: o homem-cidadão, as instituições representativas, a liberdade do espírito, a inspiração para consolidar, de facto e de direito, uma democracia económica, social e cultural.

E também neste simbólico momento seja-me permitido, Sr. Presidente, que relembre, por ser minimamente justo, que foi nesta mesma Sala que os estadistas da República — aquela República que seria jugulada pela ditadura de 1926 — proclamaram o cumprimento dos tratados e nos colocaram ao vosso lado na guerra de 1914-1918.

Este facto não seria possível se não estivessem, como estavam, à frente dos negócios públicos os homens isentos que naquela altura e em tantas outras bem souberam cumprir com o seu dever. Mas, Sr. Presidente, para além dos tratados, a presença de Portugal na Flandres foi também o reflexo do nosso grande amor pela França, à qual estávamos ligados pelas determinações da história e pelas solicitações do nosso coração.

Por isso e por muito mais, quando o cepticismo ou o pessimismo nos tocar fundo, ergueremos os olhos para a luz imorredoura da Étoile, procurando nela o ânimo e a voluntariedade.

E nesse erguer de olhos encontraremos os grandes princípios, as democráticas normas de conduta, a constitucionalidade, como ponto de arranque para a construção de um novo mundo, mais justo e mais feliz.

Sr. Presidente, beijando as mãos de sua mulher, a quem presto as homenagens do meu maior respeito, asseguro a ambos que estão em vossa casa, neste Portugal tão pequeno mas tão digno, parceiro que já é e vai continuar a ser daquela Europa que Paul Valéry definiu como «o cabo do Mundo».

Sr. Presidente, quando em plena monarquia o Presidente Loubet visitou Portugal, o povo português que o rodeava dava vivas à República... Francesa.

Hoje, Sr. Presidente, não resisto, ao terminar estas palavras, a arrancar do meu peito este viva sem reticências, expressão de todos os sentimentos e de todas as certezas: Viva a República Francesa!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Presidente da República Francesa.

Ao levantar-se para usar da palavra, o Sr. Presidente da República Francesa foi novamente aplaudido de pé.

O Sr. Presidente da República Francesa: — Monsieur le Président, Monsieur le Premier Ministre, Messieurs les Membres du Gouvernement, Mesdames, Mesdemoiselles et Messieurs les Députés: Je suis profondément sensible à l'honneur que vous faites au Président de la République Française en l'accueillant au milieu de vous dans cette salle qui est le coeur de la démocratie portugaise et qui a été opportunément décorée d'oeillets, cette fois-ci tricolores.

A cet honneur, Monsieur le Président, vous venez d'ajouter en m'exprimant vos sentiments et ceux de vos collègues dans des termes dont la chaleur, la dignité et la profonde connaissance de notre culture et de nos écrivains m'ont impressionné sans me surprendre.

Ces paroles et cet accueil sont pour moi, et seront pour mes compatriotes, un émouvant témoignage des liens qui unissent le peuple français et le peuple portugais, la République Française et la République Portugaise.

L'amitié, je l'ai dit en mettant le pied sur le sol de votre pays, est une donnée fondamentale des relations entre la France et le Portugal. Je ne chercherai pas à en analyser les causes. Il suffit de la constater, permanente, à travers les siècles et de la sentir, bien vivante, aujourd'hui. La fonction du Président de la République vous convie, vous le savez, à vous préoccuper toujours de la durés dans les phénomènes, dans les situations, et c'est pourquoi, par la fonction, je pense naturellement à cette longue durée de l'amitié entre le Portugal et la France.

J'en ai évoqué hier les origines, très étroitement liées à la naissance de votre nation. Le courant qui s'était créé à l'époque entre nos deux peuples, il y a

donc huit siècles, n'a jamais cessé. Tantôt il a pris la forme de mouvements de Français venant au Portugal, tantôt, plus récemment, il a pris la forme de Portugais venant en France. Accompagnant ou suivant les chevaliers de la Reconquête, les moines de Cluny et de Cîteaux ont contribué à dresser au milieu de vos villes comme dans vos campagnes da silhouette, qui pour nous paraît si familière, de vos églises romanes.

Plus tard, c'est à l'école de vos marins, de vos cartographes, de vos savants, réunis autour de la grande figure d'Henri le Navigateur que les Français ont appris, à leur tour, à connaître le monde. Plus près de nous, on sait quel profond retentissement eut dans notre littérature la terrible catastrophe qui frappa Lisbonne en plein Siècle des Lumières et qui provoqua l'émotion de toute l'intelligentsia française de l'époque, qui exprima, vous le savez, sa solidarité avec le peuple de Lisbonne, et quelle part ensuite les artistes français prirent à la reconstruction de votre capitale.

Si je mentionne ces épisodes c'est parce qu'ils illustrent, parmi beaucoup d'autres, la continuité historique de l'intérêt et de la sympathie que Portugais et Français n'ont cessé de se porter.

Ces liens créés par l'histoire et par la culture ne se limitent pas, heureusement, au passé. C'est dans des pays communaux, qui ont tôt, assurément, une tradition historique, que nous ne devons pas nous laisser écraser par celle-ci, que nous devons toujours regarder la réalité du présent. Il suffit de voir combien nombreux sont les Français qu'attire votre pays et qui y seront chaque année, à quel point tous les mouvements d'idées — intellectuelles, politiques, artistiques — circulent aisément entre Lisbonne et Paris, quelle place, enfin, tient notre langue dans la vie intellectuelle et littéraire du Portugal.

Mais je voudrais aussi rendre hommage au rôle de vos compatriotes qui vivent et qui travaillent dans notre pays. Cette communauté portugaise de France est très importante par le nombre de ses membres: comme vous le savez, la plus importante communauté européenne vivant en France. Mais, à côté du nombre qui la décrit simplement, elle est encore plus importante par l'exemple qu'elle donne des qualités de votre peuple, par le concours qu'elle apporte à notre activité nationale dans de nombreux secteurs et par cette dimension humaine et populaire qu'elle ajoute à l'ensemble de nos relations.

Dans ma province d'origine, que j'ai représentée pendant 18 ans au Parlement, nombreux sont les Portugaises et les Portugais qui sont venus vivre parmi nous. Ils nous ont fait connaître la gentillesse, la simplicité, et aussi la douce mélancolie de votre peuple, qu'il exprime dans ses poèmes et dans ses chansons. Sachez que j'attache une importance particulière au sort des travailleurs portugais vivant en France, qu'ils peuvent compter sur mon attention personnelle et sur celle du Gouvernement et que rien ne sera fait qui puisse les discriminer dans leur dignité ou dans leur travail.

Aplausos gerais.

Puisque j'ai l'honneur de m'adresser ici, Monsieur le Président, aux représentants de tout le peuple portugais, je voudrais saisir cette occasion pour vous

demander, Mesdames et Messieurs les Députés, dont votre mission est à la fois de transmettre les messages de vos électeurs vers les institutions de la République et les messages que vos visiteurs adressent au peuple portugais, de lui transmettre aussi le message d'amitié et d'estime que je lui apporte de la part du peuple français. Cette amitié et cette estime trouvent dans ce qui s'est passé ici depuis quatre ans des raisons de s'approfondir.

Dans la préface que vous avez donnée à l'édition française de votre Constitution, puisque vous avez voulu prendre le soin de la faire traduire dans notre langue, vous avez écrit, Monsieur le Président, qu'en ce qui concerne les institutions politiques et leur mise en forme juridique, le Portugal s'était toujours laissé — je vous cite — «imprégner des leçons de sagesse et d'équilibre issues de la Révolution Française et maintenues jusqu'à nos jours».

Cet hommage nous a touchés parce qu'il exprime l'étroite parenté spirituelle et politique qui unit le Portugal et la France. Le goût de la liberté, le sens de la justice, le prix que nous attachons par-dessus tout à la dignité de l'homme appartiennent à notre fonds commun, ils composent l'atmosphère morale dont nous avons besoin, les uns et les autres, pour respirer.

C'est ce qui explique l'intérêt passionné qu'a éveillé dans l'opinion française la nouvelle, voici quatre ans, que le Portugal était devenu une terre de liberté. C'est ce qui explique aussi l'attention, parfois inquiète, mais bientôt rassurée, avec laquelle la France a suivi les différents étapes de la restauration de la démocratie dans votre pays: depuis la Révolution du 25 avril jusqu'à l'élection un peu plus tard de votre Assemblée et jusqu'au vote, voici deux ans, de votre Constitution.

Cette jeune démocratie que vous avez fondée, il vous appartient maintenant de la faire vivre et grandir. Les difficultés que vous y rencontrez sont peut-être plus aiguës ici qu'ailleurs, mais elles ne sont pas de nature différente. Elles tiennent au changement des techniques, à l'évolution des mentalités, aux vicissitudes d'une conjoncture internationale défavorable, aux problèmes difficiles du développement de l'activité économique et de l'emploi. Partout ces données imposent adaptation et réformes.

La démocratie est, il est vrai, le régime de l'effort et non celui de la facilité, mais il est aussi le régime du progrès — le seul progrès qui compte, en tout cas, à vos yeux comme aux nôtres, je veux dire le progrès des hommes.

Sachez que les décisions que vous serez conduits à prendre, la manière dont vous donnerez la priorité à ce qui peut consolider la démocratie, dont vous démontrerez que la stabilité, la durée et l'efficacité sont compatibles avec la liberté, ces décisions n'intéressent pas seulement le Portugal, elles intéressent tous ceux qui aspirent dans le monde au progrès et au succès de la démocratie. Sachez, Mesdames et Messieurs les Députés, que vous portez entre vos mains une grande partie des espoirs de la démocratie.

Vous avez choisi cette voie, et vous commencez, d'ailleurs, à en recueillir les premiers fruits. Le Portugal a repris la place qui lui revient dans le concert des nations. Aux Nations-Unies, son élection à la Commission des Droits de l'Homme témoigne de la

considération qui vous entoure. En Europe, l'accueil que la Communauté vient de réserver à votre candidature traduit la conviction qu'elle voit dans le Portugal un futur partenaire. Ainsi, des perspectives positives s'ouvrent au Portugal Démocratique, moderne et pacifique que vous avez la volonté de bâtir.

Monsieur le Président, dans le règlement de notre Assemblée Nationale on a introduit une disposition qui interdit aux orateurs de lire un texte à la tribune. J'observe, d'ailleurs, que de toutes les dispositions de notre Règlement c'est elle la moins respectée. Néanmoins permettez-moi de m'inspirer de cette disposition pour vous présenter quelques réflexions improvisées.

Vous exercez en effet vos fonctions dans des circonstances qui sont économiquement et socialement difficiles. Il y a entre votre République et les problèmes que nous avons à résoudre en France une sorte de parenté d'âge, puisque votre République a pris naissance au printemps de 1974 et j'ai été moi-même élu dans mes fonctions par le peuple français au même printemps. Ça fait donc quatre ans que vous suivez, à des titres divers, l'évolution de la situation politique, économique et sociale du Portugal, comme j'ai la responsabilité de celle de la France.

Or nous avons ce trait commun d'avoir à exercer nos responsabilités dans une conjoncture économique et sociale qui est exceptionnellement difficile. Il faut en effet remonter aux années 30 pour retrouver dans l'économie mondiale une situation comparable à celle que nous traversons. Et souvent dans les jugements qui sont portés sur notre action — je mets «notre» au collectif — on oublie de rappeler que, si les circonstances économiques étaient celles des années 60, ou encore 70, notre tâche serait singulièrement plus facile. En effet, conduire une démocratie, composer des réformes ou animer un changement dans des pays où la population souffre de l'inflation, est atteinte par le chômage, c'est naturellement beaucoup plus difficile, beaucoup plus lourd que dans les périodes où l'expansion nous portait d'elle-même sur sa vague.

Sur les causes de cette crise il y a naturellement d'interminables discussions et parfois on cherche à l'analyser pour faire apparaître que telle ou telle tendance ou conception serait à son origine et en aurait la responsabilité. Prenons un instant les vues de l'histoire: cette crise, elle est mondiale, elle atteint de la même manière les pays grands et petits, et pratiquement, vous le savez, quelle que soit leur structure économique et sociale. Elle fait peser sur les uns sur les autres le redoutable problème, ou plutôt les deux problèmes, réunis par une sorte de fatalité, car autrefois ils s'excluaient, de l'inflation et du chômage.

Face à cette situation, chacun de nous doit naturellement lutter à sa manière et il ne m'appartient, en aucune sorte, de porter un jugement sur la manière dont les autorités portugaises conduisent, dans le cadre de leur propre responsabilité, le redressement économique de leur pays. Mais je voudrais seulement vous dire que, face à cette situation, même si elle n'est pas décisive, nous devons compter, les uns et les autres, sur une certaine solidarité. Et cette solidarité, à mon avis, elle peut s'exercer à trois niveaux.

D'abord, elle peut s'exercer entre tous que j'appellerais des partenaires de l'histoire. J'ai évoqué tout à l'heure les très anciennes relations du Portugal et de la France. Ces relations, ce n'est pas seulement pour feuilleter de main distraite les manuels d'histoire ou pour descendre dans la salle des archives que je crois sous la salle des séances, c'est pour dire qu'elles ont lié entre nous le tissu étroit d'une certaine solidarité. Et sachez donc que dans nos rapports économiques, dans l'étude que nous pouvons apporter, les uns ou les autres, à tel ou tel problème, à telle ou telle action nous tiendrons compte de la solidarité nécessaire face à cette situation de crise économique.

Ensuite, je crois que cette solidarité elle peut exister également entre les différentes régions du monde. Je suis venu presque sans escale de Bonn à Lisbonne et nous avions à Bonn, il y a quelques jours, une réunion où étaient rassemblés des pays dont la production industrielle représente plus de la moitié, vous le savez, de la production industrielle totale. Nous n'étions pas réunis dans un esprit de recherche d'avantages tactiques. Nous étions réunis pour savoir s'il y avait moyen de mettre en oeuvre des efforts, des ressources pour faire que cette crise économique soit moins longue, moins pesante sur nos économies et sur nos peuples. Et je crois que nous avons abouti à un certain nombre d'orientations positives. Mais sachez que dans cette délibération nous pensions autant, si je puis dire, aux absents qu'aux présents. Nous savions très bien qu'il ne s'agissait pas de créer une sorte de zone de prospérité entre quelques-uns et qu'il s'agissait d'apporter un stimulant supplémentaire à l'activité économique dans le monde qui puisse être bénéfique pour tous. Et je souhaite que les décisions prises, si elles sont soigneusement et rapidement appliquées, apportent cette contribution supplémentaire.

Il y a enfin une solidarité naturelle qui se développera dans les temps à venir et qui est la solidarité entre les partenaires européens. Nous avons noté avec beaucoup d'attention la position de la quasi-totalité des partis politiques portugais en ce qui concerne leur désir de voir s'établir de liens nouveaux entre le Portugal et la CEE et vous savez que ce mouvement est à l'heure actuelle en marche.

Eh bien, je souhaite que cette Europe, qu'on décrit parfois comme devant être l'instrument de je ne sais quelle domination, de je ne sais quelle conception économique particulière, apparaisse dans la carte du monde comme étant une zone de prospérité économique et d'emploi élevé et qu'ainsi les peuples qui y vivent et qui y vivront aient le sentiment d'appartenir à une communauté de progrès réglant les problèmes, soulageant les difficultés et apportant le progrès à tous les peuples qui la composent. Et ceci veut dire, d'ailleurs, que dans cette Europe il faudra tenir compte, bien entendu, des efforts à conduire pour que les conditions du développement soient réparties d'une façon plus homogène entre le Nord et le Sud de l'Europe.

Voilà, Monsieur le Président, Monsieur le Premier Ministre, l'improvisation risquée que je me suis permis à cette tribune. Je pensais à mon ancienne fonction où j'étais si préoccupé des problèmes économiques et financiers et je pensais en même temps à la

préoccupation de nos peuples d'aujourd'hui, qui est très largement une préoccupation économique et sociale et à laquelle les grands dirigeants de nos pays doivent apporter une réponse, non pas seulement une réponse rhétorique, mais une réponse par des mesures qui soient à la hauteur des problèmes et qui puissent donc éclairer et contribuer à leur solution.

C'est pourquoi, Mesdames et Messieurs les Députés, au message d'amitié que je vous ai demandé tout à l'heure de bien vouloir transmettre en mon nom au peuple portugais je veux joindre maintenant l'expression de ma profonde confiance dans les destinées de votre démocratie.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Está encerrada a sessão.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo os hinos nacionais dos dois países.

Seguidamente reorganizou-se o cortejo, que acompanhou à saída o Sr. Presidente da República Francesa.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Rectificações

No cabeçalho do *Diário da Assembleia da República*, n.º 80, onde se lê: «Reunião plenária de 1 de Junho de 1978»; deve ler-se: «Reunião plenária de 31 de Maio de 1978»; e no cabeçalho do *Diário da Assembleia da República*, n.º 85, onde se lê: «Reunião plenária de 7 de Junho de 1978», deve ler-se: «Reunião plenária de 8 de Junho de 1978».

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Marques Antunes.
Álvaro Monteiro.
António Miguel Morais Barreto.
Florival da Silva Nobre.
Francisco Igrejas Caeiro.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José dos Santos Francisco Vidal.
José Luis do Amaral Nunes.
Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.

Partido Social-Democrata (PSD)

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
Fernando José da Costa.
João Vasco da Luz Botelho Paiva.
Jorge de Figueiredo Dias.
Rúben José de Almeida Martins Raposo.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões da Costa.
Caetano Maria Dias da Cunha Reis.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
João Gomes de Abreu de Lima.
João da Silva Mendes Morgado.
José Luís R. de Albuquerque Christo.

Partido Comunista Português (PCP)

António Joaquim Navalha Garcia.
Cândido de Matos Gago.
Carlos Alfredo de Brito.

Custódio Jacinto Gingão.
Domingos Abrantes Ferreira.
Fernanda Peleja Patrício.
Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.
Jorge do Carmo da Silva Leite.
José Manuel da Costa Carreira Marques.
José Rodrigues Vitoriano.
Manuel do Rosário Moita.
Nicolau de Ascensão M. Dias Ferreira.
Raul Luís Rodrigues.
Severiano Pedro Falcão.
Vital Martins Moreira.

Vítor Henrique Louro de Sá.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge de O. Aires Rodrigues.
Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto*.